



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RENATA RODRIGUES DE LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

Um estudo a partir da percepção dos professores de Educação Física

INHUMAS-GO

2020

RENATA RODRIGUES DE LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

Um estudo a partir da percepção dos professores de Educação Física

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Professor orientador: Me. Daniel Junior de Oliveira

**INHUMAS – GO
2020**

RENATA RODRIGUES DE LIMA

GESTÃO ESCOLAR:

Um estudo a partir da percepção dos professores de Educação Física

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ALUNA

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Inhumas, 26 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Me. Daniel Junior de oliveira – FacMais
(orientador e presidente)

Prof.Dra. Lucineide Maria de Lima Pessoni – FacMais
(Membro)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA FACMAIS

L732g

LIMA, Renata Rodrigues de.

GESTÃO ESCOLAR: Um estudo a partir da percepção dos professores de Educação Física/ Renata Rodrigues de Lima. – Inhumas: FacMais, 2020.

55 f.: il.

Orientador: Daniel Junior de Oliveira.

Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Física) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Gestão Escolar, 2. Educação Física, 3. Escola. I. Título.

CDU: 796

Dedico esta monografia especialmente a Deus por me dar o dom da vida e a capacidade de concluir um curso superior. Dedico este trabalho com o sentimento de gratidão a todas as pessoas que acreditaram em mim durante os quatro anos de curso e as que desacreditaram também. A todos aqueles que em algum momento dessa trajetória trabalharam para a minha desistência de sonhos que a cada dia está mais próximo do meu alcance.

AGRADECIMENTOS

Ó senhor meu Deus, lhe agradeço imensamente por me dar sabedoria e paciência além de força de vontade para chegar até aqui e poder sonhar ainda mais alto permeado pelo curso que escolhi.

Agradeço também ao meu pai, Alessandro Cordeiro de Lima, que me ajudou financeiramente mesmo com suas dificuldades e com seu incentivo a cada mensagem enviada a mim. Ao meu tio, Edivaldo Cordeiro de Lima, que nos momentos os quais mais precisei durante o curso, não me deixou desistir.

A minha mãe, Ivone Rodrigues Chaveiro, que mesmo sem querer, me ensinou que devo lutar para chegar aos meus objetivos. Também dedico, a uma pessoa extraordinariamente incrível, a qual Deus colocou na minha vida nesse último ano de faculdade, que me incentivou, “pegou no pé”, disse palavras duras, mas também me confortou quando o mundo parecia desabar em mim, que mesmo dormindo, preferia estar ali ao meu lado para que não me sentisse sozinha enquanto escrevia. Meu muito abrigada, Sara Lohany Batista da Silva, por sempre estar ao meu lado e ao nosso pequeno filho de quatro patas, Joaquim, que esteve sempre no meu colo nas noites em claro que passei produzindo o meu trabalho, me olhando como se quisesse dizer: “Mamãe, estou aqui com você, continua”.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Me. Daniel Junior de Oliveira, docente de compromisso ético e político no campo da educação, que vem atuando nos cursos de formação de professores, mesmo a distância me deu todo o suporte necessário, com atenção e carinho, que mesmo aos finais de semana abdicou algumas horas do seu tempo para me atender, então deixo aqui o meu muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer também a leitora do meu trabalho a qual tenho muito respeito e admiração, Professora Dra. Lucineide Maria de Lima Personi.

Agradeço a LAAF (Liga Acadêmica de Anatomia e Fisiologia), por ter proporcionado experiências incríveis e conhecimentos extraordinários. Em especial ao Professor Esp. Rafael Ferraz, que contribuiu também para a minha formação acadêmica.

Agradeço com muita satisfação a todos meus colegas de sala que, direta ou indiretamente, tiveram contribuição nesse trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que em algum momento, com atitudes ou palavras, tentaram me colocar para “baixo” me fazendo acreditar que eu não seria capaz de chegar ao final do curso ou de concluir minha monografia, e a todas as pessoas que estenderam a mão como forma de ajuda para que esse sonho se tornasse real.

Agradeço com sentimento de saudade a todos os professores que passaram por mim nesses quatro anos e me deixaram sugar o máximo de conhecimento que adquiri. Não posso esquecer-me da FACMAIS, que mesmo levando tudo a “ferro e fogo” será o intermédio onde conseguirei meu diploma para ingressar na carreira como profissional de Educação Física.

Agradeço a Deus mais uma vez e Maria Santíssima pela proteção recebida, para encerrar mais um ciclo em meio a esse caos da pandemia da COVID-19 que assola a humanidade.

Por último e não menos importante, agradeço imensamente a mim, por passar noites em claro para que fosse possível entregar trabalhos nas datas previstas, por muitas vezes abstrair e fingir demência em situações complicadas, por conseguir internalizar todos os conhecimentos necessários os quais levarei comigo eternamente, por permitir-me participar de todos os eventos possíveis da faculdade e entrar na brincadeira dos colegas, além de sofrer junto à eles em seus problemas pessoais, por me deixar parar e chorar até encontrar o caminho certo, por acima de tudo ter tido a capacidade de conciliar trabalho e faculdade sem ambos não fossem prejudicados. Enfim, agradeço a mim por ter sido a pessoa que sou, capaz de vencer todos os obstáculos impostos perante meu caminho.

“O professor deve adotar o papel de facilitador, não de provedor de conteúdo”.

(Lev Vygotsky)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AID – Associação Internacional de Desenvolvimento**
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**
- CIACs – Centros Integrados de Atendimento à Criança**
- CNE – Conselho Nacional de Educação**
- DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais**
- EUA – Estados Unidos da América**
- FHC – Fernando Henrique Cardoso**
- FMI – Fundo Monetário Internacional**
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases**
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**
- MEC – Ministério da Educação**
- PFL – Partido da Frente Liberal**
- PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania**
- PRN – Partido de Renovação Nacional**
- PROMEDLAC – Projeto Principal de Educação**
- PRONAICA – Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente**
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira**
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

RESUMO

O tema do trabalho partiu do objetivo de investigar como a gestão escolar é percebida pelos professores de Educação Física em uma escola da rede municipal de ensino. A partir de estudos feitos durante a trajetória acadêmica, o trabalho busca na revisão bibliográfica perpassar pela trajetória da educação no viés político a fim de esclarecer sua evolução com o passar dos anos e como o neoliberalismo influenciou nas tomadas de decisões quanto à educação, e como foi possível receber estímulo do Banco Mundial.

A pesquisa de campo de cunho qualitativo e documental, partiu de um questionário constituído por vinte questões direcionadas a dois professores de Educação Física da rede municipal de ensino. Com isso, é possível notar que a gestão escolar se faz presente na formação de professores que buscam participar da tomada de decisões junto aos gestores do local onde atuam.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Educação Física, Escola.

ABSTRACT

The theme of the work started from the objective of investigating how school management is perceived by physical education teachers in a municipal school. Based on studies carried out during the academic trajectory, the work seeks in the literature review to go through the trajectory of education in political bias in order to clarify its evolution over the years and how neoliberalism influenced decision-making regarding education and how it was possible to receive encouragement from the World Bank. The qualitative field research started from a questionnaire consisting of twenty questions to two physical education teachers of the municipal school system, thus it is possible to notice that school management is present in the training of teachers who seek to participate in decision-making with managers of the place where they work.

Keywords: School Management, Physical Education, School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. IMPORTANTES MARCOS NA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1990	18
1.1 DEFININDO NEOLIBERALISMO.....	23
1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	26
1.3 FUNCIONAMENTO DO BANCO MUNDIAL.....	28
2. GESTÃO ESCOLAR	30
2.1 GESTÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES DE ORGANIZAÇÃO.....	32
3. METODOLOGIA DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA	36
3.1 RESULTADOS DA PESQUISA.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar a percepção e a participação dos professores de Educação Física na gestão escolar. Mediante a temática Gestão Escolar: Um estudo a partir da percepção dos professores de Educação Física. Será feita uma revisão bibliográfica em obras de autores renomados como: Libâneo (2009), Shiroma (2011) e Frigotto (2003), dentre outros.

Nesse parâmetro, pode-se dizer que, gestão escolar é um modelo educacional organizado pelas instituições de ensino, onde o objetivo é alavancar e impulsionar diferentes habilidades e competências educacionais com um mesmo objetivo: melhorar o ensino.

Para que se possa entender, de fato, a gestão escolar, essa pesquisa busca analisar algumas concepções acerca de gestão escolar. Através desta, busca-se compreender a importância da gestão escolar e seu papel dentro da instituição de ensino e como os professores de Educação Física percebem a gestão.

A partir da análise, espera-se compreender como é e como funciona a gestão de forma democrática, seguindo o viés político na perspectiva de explicitar a importante atuação dos licenciados na gestão e na construção de projetos como o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição de ensino.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos, em que o primeiro capítulo será apresentado Importantes Marcos na Educação na Década de 1990, sendo divididos em três subtítulos: Definindo Neoliberalismo; Trajetória Histórica da Educação Brasileira a partir da Década de 1990; Funcionamento do Banco Mundial.

O segundo capítulo, tem como título Gestão Escolar e possui um subtítulo, Gestão Escolar: Concepções de Organização. Já o terceiro capítulo, busca ressaltar a importância do professor de Educação Física estar inserido na organização e gestão da escola, sendo assim o mesmo tem como título Gestão Escolar: Percepção dos Professores de Educação Física. O quarto capítulo, é delineado pela metodologia da pesquisa e com os resultados da mesma.

Permeado por esse aparato teórico a pesquisa busca conhecer a abordagem histórica da Educação Brasileira analisando aspectos relacionados a concepções de organização e gestão escolar, identificando a percepção sobre o tema dos professores de Educação Física.

IMPORTANTES MARCOS NA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1990

Tancredo Neves, reformista conciliador, foi ministro da justiça de Getúlio Vargas e primeiro-ministro de João Goulart. Em 1985, com seus 75 anos, vence as eleições. Tancredo é o primeiro civil a ser eleito presidente, porém antes que tomasse posse de seu novo título, o mesmo cai enfermo e em seguida vem a falecer.

Seu então sucessor, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, que por motivos eleitorais adotou o nome José Sarney, toma posse e assume a presidência da república com a função de recuperar a economia do Brasil sem deixar as regalias de seus apoiadores da elite de lado.

Vainfas *et al.* (2010), deixa claro que seus feitos pela educação se deram enquanto ainda Senador. Por ser natural de Pinheiro (Maranhão), elaborou o projeto “João de Barro”, possibilitando a implantação de Escolas comunitárias em áreas rurais e periféricas. Criou também o programa bandeirante, com a construção de ginásios estaduais, gerando um número mais alto de matrículas escolares em seu governo.

Em 1989, o Brasil se preparava para eleger um novo presidente da república através do voto direto, com um candidato que até então era desconhecido e que tinha como base de apoio o grande capital.

Fernando Collor de Melo foi eleito pelo Partido de Renovação Nacional (PRN) como relata Vainfas *et al.* 2010), que pelo nome já dizia haver grandes mudanças no país. Seu mandato sofreu com altas taxas de inflação deixadas por Sarney. A política econômica de Collor era de cunho totalmente neoliberal e que pretendia adotar a mínima intervenção do Estado.

Devido às altas taxas de inflação herdadas em seu governo, foi criado o Plano Collor I que mesmo contendo a inflação não obteve sucesso, e Plano Collor II com o objetivo de reorganizar a recessão deixada pelo plano anterior. Mesmo com seu empenho em aderir um capitalismo moderno no Brasil, Collor teve seu nome envolvido em corrupções, fato esse que fez acontecer sua saída da presidência, como esclarece Carinhato (2008):

Vendo seu plano econômico não apresentar o desempenho imaginado, o regime de alta inflação ser mantido, Collor ainda teve seu nome ligado à

corrupção, fato este que o levou a ser retirado da presidência e assim ter postergado por algum tempo a entrada definitiva do neoliberalismo no Brasil. Concluído o processo de impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto para completar os dois últimos anos restantes daquele mandato. Suas principais orientações eram resgatar a ética na política e preparar o país para implantação de um novo plano de estabilização (CARINHATO, 2008, p. 39).

No que desrespeito a Educação, Collor inaugura o acordo realizado em Jomtiem em 1990. Essa política educacional apoiava-se no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que por sua vez tinha como apresentação ajudar o governo brasileiro, que, mesmo com a modernidade em alta o analfabetismo ainda era um problema comum por todo país, ainda sim sua proposta educacional não foi recebida pelos educadores de forma positiva, pois em seu conteúdo abrangia quase todas as áreas da Educação, menos o ensino superior, além de estar cheio de frases com boa intenção, onde na verdade se propunha a repetir trajetórias de tempos passados de outros países. Com a destituição de Collor do poder os projetos ficaram a deriva segundo Padilha (2016).

Com seu afastamento da presidência quem assume é Itamar Franco em 1992 até 1995. Nesse período o Brasil sofria com o desemprego e a inflação nas alturas além de outros problemas, fatos que seriam desafios para seu mandato. Em 1994, para que pudesse reorganizar economicamente, o país foi criado por seu então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que conseguiu promover de forma eficiente a estabilidade da moeda proporcionando o aumento de poder aquisitivo dos brasileiros além de controlar a inflação de acordo com Vainfas *et al.*(2010).

No âmbito educacional, Itamar Franco, promoveu a troca do comando do Ministério, formando um quadro técnico substituindo o político no MEC, dando início a uma reforma administrativa dentro do mesmo. Ocorreu uma importante alteração na estrutura administrativa transformando o Conselho Federal de Educação para Conselho Nacional de Educação dando mais autonomia para o MEC principalmente se tratando do ensino superior como diz Padilha (2016):

Outra importante alteração na estrutura administrativa consistiu na transformação do Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação, fato que conferiria maior autonomia ao MEC, sobretudo no que diz respeito à gestão do Ensino Superior (PADILHA, 2016, p. 88).

No mandato de Itamar Franco, o Brasil sofria em busca da solução para reaver sua reputação educacional, foi a partir desse fato que se instaurou à época uma intensa mobilização em defesa à educação como enfatiza Padilha (2016):

[...] para a solução das mazelas educacionais do país, instaurou-se à época um intenso clima de mobilização em prol da educação, justamente em função daquilo que preconizavam tanto a Declaração de Jomtien quanto a Declaração de Nova Délhi: o Estado deveria compartilhar suas responsabilidades sobre o setor com a sociedade – uma diretriz que apelava não somente à participação, mas abria prerrogativa à futura privatização do setor (PADILHA, 2016, p. 89).

Mesmo com a priorização de Itamar referente a esfera educacional, seu tempo de mandato foi curto para que pudesse colocar em atividade um projeto próprio na educação, lutou para dar outros rumos à gestão de Collor. Sabendo que não era totalmente possível se livrar dos resquícios do governo anterior, se colocou pronto a lançar-se em diferentes níveis de ensino e modalidades educacionais. Para a Educação Infantil foram assegurados investimentos como a qualificação de professores e novos materiais didáticos, fazendo com que as matrículas subissem em todo o país.

Ainda em seu governo, duas iniciativas foram essenciais ao atendimento educacional focados à infância como enfatiza Padilha (2016):

Contudo, duas iniciativas se destacariam dentre as inúmeras voltadas ao atendimento educacional à infância: a reestruturação dos CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança), um dos principais motes de propaganda da administração Collor, através do PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) e a criação do Projeto Nordeste de Educação Básica, um dos primeiros frutos do Plano Decenal de Educação para Todos (PADILHA, 2016, p. 90).

Padilha (2016, p.90,91) deixa claro que a reestruturação dos CIACs teve como principal objetivo reformular o projeto já existente elaborando novas formas e novos modelos operacionais com a intenção de reduzir os gastos e tornar eficazes as ações que abrangem tanto a educação como a cultura, a saúde, o esporte e o lazer. A criação do Projeto Nordeste de Educação Básica, tinha como princípio aumentar de forma significativa o número de vagas escolares, além de expandir a oferta de serviços na educação e conseqüentemente melhorar o ensino na região.

O autor esclarece ainda, que o Ensino médio continuou com seu ensino profissionalizante de acordo com o mercado de trabalho, não recebeu tamanha atenção como o Ensino Superior, que mesmo com tentativas algumas vezes frustradas, pode sentir o esforço de Itamar durante seu curto mandato, recebeu também investimentos do MEC em ações que asseguravam melhorias na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Itamar Franco, contribuiu muito em todos os níveis de ensino e modalidades no campo educacional, a Educação especial também passou por uma reestruturação dando direito as crianças com necessidades especiais de gozar da educação de acordo com sua capacidade de adaptação fazendo com que a atuação de instituições especializadas particulares deixasse de atender de forma terapêutica e assistencial e passarem a focar na educação. Com isso, Padilha (2016) vem esclarecer que:

O caráter generalista desta política suscitou a necessidade de uma nova intervenção governamental, voltada especificamente ao campo educacional. Daí o surgimento da Política Nacional de Educação Especial (de 1994), que teve como principal meta garantir o atendimento educacional ao aluno com deficiência (PADILHA, 2016, p. 93).

No entanto, muitas tentativas de melhorias no âmbito educacional feitas por Itamar, foram frustradas por não ter tempo suficiente em seu mandato e por existir barreiras advindas do governo anterior.

Vainfas (2010), diz que com a saída de Collor e depois de acabarem os dois últimos anos de seu mandato comandado por seu vice, o Brasil ganha um novo eleito à presidência que até então era Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso que tinha como proposta política a adequação do neoliberalismo no Brasil, fazendo com que a intervenção do estado fosse mínima e privatizando empresas estatais e reduzindo direitos trabalhistas.

Ainda conforme Vainfas (2010), a aliança entre os partidos PSDB/PFL/PTB de 1994, deixou claro em sua campanha eleitoral que, a educação é uma das cinco metas prioritárias. FHC em seu primeiro mandato em 1995, fez com que a educação ocupasse o lugar predominante, no conjunto de políticas públicas. O ano era de reformas, também foram incluídas aquelas que estavam em andamento, depois da aprovação da Constituição Federal de 1988.

Em 1998 FHC, é eleito para estar à frente da presidência. Já em seu segundo mandato as reformas foram iniciadas em todas as ordens (reforma

administrativa, do estado, da economia). No campo educacional, empenhou-se em regulamentar a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº. 9.394, de 1996), aprovou inclusive a principal medida resultante da nova Lei de Educação: Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001). Como Hermida (2012) vem elucidar:

A principal medida da política educacional decorrente da aprovação da LDBEN foi a lei nº. 10.172 que, segundo sua ementa, “Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências”, em 09 de janeiro de 2001. A ordem imposta pelo governo se completa com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), com o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), com as Diretrizes Curriculares para o ensino no 3º grau, com a proposta de Autonomia para as Instituições Federais de Ensino Superior, com os programas especiais e compensatórios elaborados pelo Ministério da Educação (o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Programa Nacional do Livro Didático; o Programa Nacional de Garantia da Renda Mínima; o Programa de Aceleração da Aprendizagem; o Fundo de Fortalecimento da Escola, dentre outros), além de outras tantas leis, decretos, portarias, medidas provisórias, protocolos, pareceres e emendas constitucionais (HERMIDA, 2012, p. 1440).

Em seu mandato foi criado o Plano Real para que houvesse a estabilização econômica e que promovesse o fim da inflação desenfreada no Brasil. O plano passou por três fases e uma apontava como necessidade o corte de gastos públicos. Carinhato (2008) explica que: “Esta estratégia tinha o seguinte receituário: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma ênfase na necessidade de ajuste fiscal”. (CARINHATO, 2008, p. 40)

Mesmo com as novas políticas a inflação continuava alta fazendo com que a dívida pública aumentasse cada vez mais tornando às opiniões quanto a privatizações ainda mais comuns como Vainfas (2010) esclarece que: “Uma das alegações mais importantes é a de que o Estado tinha perdido a capacidade de realizar investimentos nas empresas estatais, o que levaram muitas delas a se tornarem deficitárias, dando prejuízos ao Tesouro Nacional”. (VAINFAS, 2010, p. 858)

Sendo assim, a partir desse referencial teórico é possível compreender que o neoliberalismo é um novo conceito de liberalismo clássico que tem como maior característica a defesa da autonomia das pessoas no que diz respeito aos setores políticos e econômicos. O neoliberalismo e os neoliberais defendem a estimulação

do desenvolvimento econômico com a mínima participação dos estados com objetivo da privatização.

Pode-se notar também que, o neoliberalismo foi apresentado ao Brasil pelo presidente Collor, porém implantado de fato no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de privatizar empresas dentre outras medidas capazes de desestruturar as demais áreas sociais fora a economia, com reflexos em uma das mais importantes, a educação.

1.1 DEFININDO NEOLIBERALISMO

Historicamente o neoliberalismo ganhou espaço na segunda metade do século XX, no entanto o termo foi criado pelo sociólogo economista alemão Alexander Rustow em 1938. Segundo Junior (2020), com a chegada do capitalismo a concorrência comercial teve um grande salto em todos os países. Com esse fato medidas precisariam ser tomadas para que a crise não se perpetuasse como, por exemplo, a redução de investimentos na área social, ou seja, na educação, saúde e previdência social além de privatização de empresas estatais. O Reino Unido e os Estados Unidos foram os primeiros países a adotarem os procedimentos do Neoliberalismo e logo após seus feitos recomendaram os procedimentos para todos os países.

A criação do neoliberalismo se dá embasado nos ideais do liberalismo clássico e foi adotado por governos de vários países que acreditavam na proposta apresentada pelo mesmo de saírem da crise como ressalta Matos (2008):

A proposta neoliberal para combater a crise era simples: a manutenção de um Estado forte o suficiente para romper o poder dos sindicatos e manter o controle monetário, mas diminuto nos gastos sociais e nas intervenções na economia (MATOS, 2008, p. 194).

Os defensores do neoliberalismo acreditam que, o Estado limita a liberdade econômica, ou seja, desligando os Estados e dando mais espaço à privatização, seria a chance da economia dar um salto maior para que pudessem sair da crise em que se encontrava, Matos (2008) aponta que: “A ideologia neoliberal considera a propriedade privada o fundamento da liberdade individual”. (p.20)

As altas taxas de inflação combinadas com o pequeno número de crescimento e a forte chegada do capitalismo fizeram com que as ideias neoliberais ganhassem espaço, porém não havia muitos pontos positivos em outras áreas fora a economia, sendo assim formava pessoas que viam as máquinas de forma natural, como enfatiza Santomé (2003):

Devemos ser conscientes de que os modelos neoliberais, junto com as ideologias conservadoras, estão condicionando os modos de pensar, formando pessoas com um sentido comum que legitima e naturaliza estruturas materiais e maquinarias de poder que têm uma gênese histórica e, portanto, podem ser transformadas e substituídas, se não satisfizerem ideais de equidade, de democracia e de justiça (SANTOMÉ, 2003, p.10).

Conforme apresentado, o neoliberalismo vem ganhando espaço condicionando as pessoas no modo como pensam fazendo-as acreditar que não são capazes de mudar o que os rodeiam. O neoliberalismo trouxe alguns efeitos positivos como: favorecer soluções para o mercado proporcionando o desenvolvimento econômico e social do país, porém, como enfatiza Santomé (2003) uma pequena parte da população é capaz de se beneficiar desses efeitos tornando a desigualdade entre classe ainda mais evidente:

As políticas econômicas neoliberais só estão tendo efeitos positivos em setores muito minoritários da população. Além de serem os únicos favorecidos, esses setores dia a dia aumentam o seu poder, enquanto os demais grupos sociais percebem que as suas condições de vida pioram cada vez mais. Estamos diante de modelos que beneficiam poucas pessoas e condenam grandes contingentes da população à pobreza e à exclusão (SANTOMÉ 2003, p.10).

Os países da América Latina adotaram o neoliberalismo devido suas renegociações de dívidas externas com o objetivo de saldar essas pendências com seus países credores, tiveram empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial para que pudessem ter um prazo maior para quitar suas dívidas como aponta Carinhato (2008):

Há de se ressaltar o importante papel de chanceleres que as instituições financeiras multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial tiveram. Para auferirem empréstimos e um prazo maior para o pagamento das dívidas, os países foram obrigados aquiescer ante as prescrições (CARINHATO, 2008, p. 39).

As benfeitorias prometidas pelo neoliberalismo são diversas, no entanto, além de não contemplar de forma positiva todas as áreas sociais de uma comunidade e pessoas que nela vivem, idealiza como modelo de vida o consumismo, fazendo com que as pessoas pobres sejam cada vez mais pobres dando maiores vantagens de crescimento para que a parte rica da comunidade prospere cada vez mais, uma vez que o campo representativo do neoliberalismo é a economia.

O Estado tem como responsabilidade a educação, saúde, segurança e moradia, porém com a chegada do neoliberalismo que defende única e somente a economia, o Estado é desligado dessas responsabilidades destruindo algo que custou esforços e que passou por debates e lutas para que pudesse ser construído, estamos falando do Estado do Bem Estar que assegura as necessidades básicas de um cidadão e que foi resultado de políticas intervencionistas de governos com o objetivo de redistribuir de alguma forma parte dos recursos e riquezas. Santomé (2003) explica:

O avanço do pensamento neoliberal explica os ataques contra o Estado, propondo, como única alternativa, que este deixe de ocupar-se de assuntos imprescindíveis em uma sociedade que aspira a maiores parcelas de justiça social e de democracia. A partir dessa posição, exige-se que só as iniciativas privadas se encarreguem da educação da cidadania, propugnando, assim, a destruição de algo que custou muito esforço: o Estado de Bem Estar. Estamos diante de opções que, no fundo, podem dificultar ainda mais o exercício da liberdade das pessoas (SANTOMÉ, 2003, p.11).

A construção de uma Educação de qualidade atualizada e pertinente, tendo como sentido ético e que reafirme os valores democráticos baseando-se em princípios de justiça social e de solidariedade que, embora seja responsabilidade da sociedade como um conjunto deve ser papel do Estado, assim pregando que as oportunidades de crescimento são para todos.

Diante o exposto, Oliveira (2019) apresenta o verdadeiro caráter do neoliberalismo:

As forças hegemônicas de controle e seu discurso sedutor visam acusar o próprio Estado de ineficiente e fazer a sociedade acreditar que ele não é capaz de gerir seus órgãos, restando na privatização como solução, expandindo assim o ideário neoliberal com a privatização em várias áreas, dentre elas a educação (OLIVEIRA, 2019, p.24).

De acordo com o autor, o neoliberalismo defende a privatização de modo que a sociedade e o próprio Estado acreditem que ele é incapaz de estar à frente dos seus órgãos visualizando na privatização como a única e somente solução para todos os problemas políticos e econômicos vivenciados pelos países.

1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso a educação se tornou visível enquanto necessidade e direito, onde foi implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que tinha como objetivo a universalização do Ensino Básico a fim de reduzir o analfabetismo entre crianças com mais de dez anos de idade e ampliar a inclusão de jovens e crianças na escola.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC, foi baseado nos ideais do neoliberalismo que defendia a mínima intervenção do Estado na economia, dessa forma desmobilizando a população como um todo. Sendo assim, as empresas passam a intervir na orientação do ensino, uma vez que o Brasil estava se tornando industrializado e precisava de mão de obra barata para compor as empresas. Santomé (2003) enfatiza que:

Em um mercado puro, sem intervencionismo do governo, a educação, a saúde, a moradia, a alimentação, etc., seriam privilégio de uma minoria, pois o restante da população acabaria na mais pura marginalização e miséria. Este é um tipo de governo que, por exemplo, elabora as leis antimonopólio, a proibição de dumping, como medidas destinadas a fazer com que as pequenas indústrias e o pequeno empresariado não sejam arruinados e extintos (SANTOMÉ, 2003, p.15).

Com o poder público dando espaço ao ideário empresarial, contribuíam em grande parcela para a desigualdade social, já que as empresas conseguiam passar despercebidas pelas leis e adquirir ainda mais lucros sobre suas ações.

Através de uma educação que sofria diversas alterações para sanar necessidades de um governo neoliberal, o ensino se tornou fábrica de seres acríticos com o objetivo de contemplar as classes dominantes, tinha como consequência o que Frigotto e Ciavatta (2003) enfatizam:

Abandono do pensamento crítico vinculado a projetos societários firmados nas perspectivas da autonomia e, ao mesmo tempo, num relacionamento soberano entre povos, culturas e nações (FRIGOTTO;CIAVATTA, 2003, p.96).

Formando seres bitolados e não pensantes, a política e seus protegidos (empresas, comércio), tirariam vantagens incalculáveis da massa menos favorecida de uma sociedade, quando tinham como maior objetivo formar mão de obra para benefícios próprios sem nenhum tipo de retribuição para sua qualidade de vida.

Portanto, é notório que a educação reduziu na década de 90 e vem se perpetuando até os dias atuais, em um bem de consumo, e é no passar dos anos que a educação toma outro rumo devido à industrialização e a necessidade de mão de obra qualificada. Resultado dos fatos é a coisificação da educação que passa a ser tratada como mercadoria. “A educação e as criações culturais, em geral, foram reduzidas a mercadorias que dissimulam as redes econômicas e os interesses políticos que se escondem por trás dessa posição mercantilista” (SANTOMÈ, 2003, p. 39).

A partir do exposto, é possível notar que, ocorre uma desmistificação da educação na formação de um ser crítico social para formar somente pessoas capazes de dar o melhor de si no mercado de trabalho. É possível notar também que, as leis criadas sobre a educação ao longo do tempo são muitas e como são leis, está a serviço de todos, porém, na prática o que soa bonito no papel e que deveria ser um direito real de todos, deixa a desejar em muitos aspectos e com a precariedade da educação vinda de tempos passados será um caminho árduo para se chegar a um ideal se tratando da prática, no entanto, não será impossível com a luta de todos.

1.3 FUNCIONAMENTO DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial durante os seus mais de 70 anos, passou por um processo de mudanças e alargamento institucional que ampliaram o seu tamanho, se tornando uma organização gigantesca e ainda mais complexa. O Banco Mundial é constituído pelo Banco internacional para reconstrução e desenvolvimento (BIRD) e pela Associação internacional de desenvolvimento (AID). Pereira diz que:

O BIRD concede empréstimos a países de renda per capita média e baixa considerada solvente, captando recursos em mercados de capital pela venda dos seus títulos (que contam com a máxima pontuação, AAA) e emprestando a seus clientes em condições próximas às do mercado financeiro internacional. O lastro das suas operações denomina-se capital geral e é aportado pelos Estados-membros, em proporções desiguais, e só pode ser aumentado após negociações entre eles. Já a AID concede subsídios e créditos de longo prazo com baixas taxas de juros a países pobres com pouca ou nenhuma capacidade de tomar emprestado nas condições de mercado. A AID tem quatro fontes de financiamento: contribuições do BIRD, subsídios da CFI, ressarcimento dos créditos concedidos e, a mais importante, contribuições 2189 Ciência & Saúde Coletiva, 23(7): 2187-2196 2018 negociadas entre uma minoria de países doadores a cada três anos (PEREIRA, 2018, p.2188).

É exigido pelo Banco Mundial em seus contratos, o que os seus clientes devem ou não fazer se tratando de política econômica e em gerais políticas públicas. Vale destacar que todo estado cliente deve ser membro, porém nem todo membro é cliente. A organização é constantemente pressionada, principalmente por quatro países que nunca fizeram empréstimos com o banco: Canadá, EUA, Reino Unido e Alemanha. Os países considerados ricos, imediatamente após a guerra se tornaram clientes do banco, e o deixou aos poucos na medida em que foram restabelecendo sua estrutura econômica. O Banco Mundial demonstra seu interesse pela economia dos países que se desenvolviam. Altmann (2002), “A fim de garantir a estabilidade econômica dos países em desenvolvimento, as questões sociais tornaram-se essenciais para o Banco Mundial. De acordo com seu presidente, James Wolfensohn” (p.80).

De acordo com Silva (2014, p.59), os meios de intervenção das instituições se demonstravam como ajuda técnica e em sua grande maioria se apresentavam por meio de projetos e empréstimos, “depois de árduas negociações, exigia-se dos países a adoção de medidas para aliviar a pobreza, combater o analfabetismo e formar técnicos”. Silva ainda afirma que:

[...] os baixos níveis de educação escolar e de formações profissionais apresentadas foram vistos como impedimentos para o crescimento econômico e a competitividade entre os países. Diante disso, na *Carta de Punta del Este*, os governos firmaram a intenção de elevar a educação obrigatória dos países envolvidos e assim justificavam os empréstimos em instituições multilaterais (SILVA, 2014, p. 59).

O banco estimulou a competitividade entre países, impulsionando a formação de técnicos, com a justificativa de reduzir a taxa de analfabetismo, tomando medidas paliativas para remediar a pobreza. Logo após a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), o Banco estreitou sua política para a educação. Neste contexto Silva (2014) afirma que:

Quando este priorizou as necessidades básicas de aprendizagens por competências, distanciando-se dos demais participantes (Unesco, 1990, 1993 e 2001). O Banco Mundial passou a direcionar as políticas para a educação básica, tecnológica e superior num outro patamar. Naquele momento, para o Bird, necessidades básicas de aprendizagens significavam adquirir atitudes e destrezas, instrumentalizar-se em competências e habilidades e ensinar a buscar o conhecimento aos que passassem pela escola (SILVA, 2014, p. 70).

De acordo com a autora, as necessidades básicas de aprendizagem foram tomadas como prioridade pelo BM, e o mesmo passa a gerir as políticas para a Educação Básica. No entanto, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), diz que a aprendizagem faz-se necessária para obter destrezas e atitudes através da busca pelo conhecimento. Portanto Pessoni (2019) evidencia que:

As decisões externas à escola, direcionadas pelas políticas do Banco Mundial sob o discurso das inovações apresentadas como soluções podem se transformar em problemas com a sobrecarga de tarefas, o excesso de atividades burocráticas, que pouco contribuirão para transformações significativas no âmbito da escola e conseqüentemente para a aprendizagem (PESSONI, 2019, p. 43).

Compreende-se que o BM se mostrou interessado pela parte “pobre” da população, buscando desenvolver sistemas que ofertassem um ensino básico de qualidade para os mesmos, desenvolvendo habilidades e noções para enfrentarem tarefas do dia a dia. A Educação seria de suma importância para desenvolver os indivíduos. Porém, tal feito poderia acarretar em problemas de encargo burocrático e ônus de tarifa.

GESTÃO ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo analisar os aspectos teóricos relacionados à concepção de organização, gestão escolar e a formação legal para a atuação na gestão escolar. Nesse parâmetro, pode-se dizer que gestão escolar é um modelo educacional, organizado pelas instituições de ensino, onde o objetivo é alavancar e impulsionar diferentes habilidades e competências educacionais com um mesmo objetivo, melhorar o ensino. De acordo com Libâneo (2012), as reformas educativas realizadas em alguns países compatibilizaram com a reconstrução do sistema capitalista mundial que, estimula o processo de reformulação da economia gerido pela doutrina neoliberal afetando a educação de várias formas. O autor ainda elucida:

O raciocínio sistematicamente reiterado por agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial, é o seguinte: novos tempos requerem nova qualidade educativa, o que implica mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores (LIBÂNEO, 2012, p. 43).

As políticas educacionais e os sistemas de cada país, precisam incorporar estratégias tais como descentralização, reforma curricular, autarquia das escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores. Davis (2002, p.48) fundamenta que, “a escola precisa compreender que sua função extrapola a mera transmissão do conhecimento sistematizado, à medida que precisa conceber, organizar e avaliar o trabalho que produz, potencializando o senso crítico dos sujeitos que à compõem”. Deste modo, seus grupos deveriam explorar as práticas que eles próprios desenvolvem, buscando abranger as possibilidades que o seu trabalho apresenta destinado à estrutura de uma escola efetivamente democrática.

Nessa lógica Davis (2002) ainda explica que:

A democratização do espaço escolar e a descentralização das decisões de um projeto pedagógico elaborado coletivamente envolvem duas vertentes básicas. A primeira vertente refere-se ao poder, esse entendido como a capacidade de os atores tomarem decisões que vão influenciar diretamente práticas, orientações políticas e direções da instituição escolar enquanto organização. Nesse sentido, é importante que cada vez mais os vários segmentos que compõem a escola compreendam que essa instituição faz parte do “mundo das organizações”. Subjaz a esse entendimento a ideia de que a escola possui uma forma de regulação formal, além de constituir-se em um espaço de exercício do poder. A segunda vertente que merece

atenção refere-se ao conhecimento, elemento capaz de permitir aos vários grupos contribuir para os resultados do trabalho da escola enquanto instituição social, incluindo-se os saberes em suas várias dimensões (DAVIS, 2002, p. 54).

As vertentes em questão devem ser analisadas atentamente através dos grupos que concebe o projeto pedagógico da instituição, tendo em vista que as mesmas perpassam os laços institucionais e interpessoais desenvolvidos na escola. É importante atentar-se para o perigo de a gestão ser vista como um fim em si próprio. Para Luck (2011), o trabalho educacional exige um esforço compartilhado, a partir da coletividade e integração de todos os componentes da unidade de trabalho. Nesse sentido, a gestão baseia-se na evolução de todos os elementos que fazem parte direta ou indiretamente do processo educativo, no estabelecimento de objetivos, na resolução de problemas, no monitoramento e avaliação, tendo como finalidade alcançar resultados mais positivos do processo educacional. Diante do exposto Davis (2002) explicita que:

Em sua concepção e ao longo do seu processo de construção e avaliação permanentes, o projeto pedagógico possui uma intencionalidade explícita, visto que ele deve partir da discussão coletiva dos problemas da escola e da busca de solução para os mesmos, a partir do compartilhamento de ações pelos vários segmentos escolares (DAVIS, 2002, p. 55).

Com a participação mútua o projeto político pedagógico de fato democrático deve selecionar meios inclusive democráticos de organização e funcionamento do ambiente escolar, com a finalidade de quebrar estruturas mentais fragmentadas e organizacionais. Conforme Libâneo (2012, p.89), “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. A participação baseia-se no conceito de autonomia, onde há a capacidade das pessoas e dos grupos direcionarem suas próprias vidas. Nessa perspectiva Oliveira (2019) salienta que:

Cabe a gestão escolar incentivar, promover e assegurar a participação de todos no planejamento e na execução das ações consubstanciadas no PPP, proporcionando condições de troca de saberes e experiências com vistas ao desenvolvimento integral dos alunos sob responsabilidade da escola e à construção de uma cidadania esclarecida e engajada nas práticas sociais de interesse público (OLIVEIRA, 2019, p.108).

Portanto, a participação de modo coletivo precisa planejar suas decisões e sempre adotarem posições que de fato sejam benéficas e optarem pela melhor qualidade de ensino para os alunos. Para tanto, a gestão escolar deve levar em consideração o meio em que todos estão inseridos para que assim possam obter melhores resultados perante seus objetivos.

2.1 GESTÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES DE ORGANIZAÇÃO

A organização começa de dentro. Silva Júnior (2019) cita que as escolas podem se organizar a partir do seu interior. Para que aconteça faz-se necessário, trabalho permanente em grupo, ou até, a submissão às condições que lhes são impostas, de fora para dentro ou que venham de cima para baixo. O processo de gestão e a organização assumem modalidades distintas, de acordo com a concepção que se tenha propósitos sociais e políticas educacionais, em relação à sociedade e a formação dos discentes. Libâneo (2012, p.444) afirma que: “Se situássemos as concepções em uma linha contínua, teríamos em um extremo a concepção técnico-científica (também chamada de científico racional) e no outro a sociocrítica”. Diante do exposto, a organização escolar é considerada uma realidade objetiva, neutra, técnica, que é racional e por este aspecto, pode ser planejada, ordenada e controlada, para que se possam obter índices maiores de eficácia e eficiência.

Libâneo (2012), aponta conceitos relevantes de, pelo menos, quatro concepções, que são elas: técnico-científico; autogestionaria; interpretativa e democrático participativa.

A concepção técnico-científico se caracteriza por centralizar seu poder em uma única pessoa, e o cumprimento das ordens virem de cima para baixo. O autor ainda explica que:

A concepção técnico-científica, como já assinalamos, baseia-se na hierarquia de cargos e funções, nas regras e procedimentos administrativos, para a racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares. A versão mais conservadora dessa concepção é denominada de administração clássica ou burocrática. A versão mais recente é conhecida como modelo de gestão da qualidade total, com utilização mais forte de

métodos e práticas de gestão da administração empresarial (LIBÂNEO, 2012, p. 446).

O poder é exclusivamente do diretor, tal função exige uma postura mais técnica, decidindo e organizando o ambiente escolar como achar que seja melhor, dando a todos ordens para que sejam acatadas.

A concepção autogestionária tem como eixo norteador a responsabilidade coletiva onde dispensa todo e qualquer tipo de normas e sistemas de controle, além de formas sistematizadas de organização abrindo mão da direção centralizada dando ênfase à participação direta e de forma igualitária de todos os membros da instituição como o autor enfatiza:

Na organização escolar, em contraposição aos elementos instituídos (normas, regulamentos, procedimentos já definidos), valoriza especialmente os elementos instituintes (capacidade do grupo de criar, instituir, suas próprias normas e procedimentos) (LIBÂNEO, 2012, p.446).

Não muito diferente da concepção anterior, a interpretativa prioriza o trabalho coletivo e participativo acreditando que a escola é uma realidade social subjetivamente e socialmente construída e não uma estrutura dada e acabada como Libâneo (2012, p.446) descreve: “A concepção interpretativa considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e a interação das pessoas”.

Por último e não menos importante Libâneo (2012, p.447) descreve a concepção democrático participativa baseando-se “na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe”, ou seja, tem foco a interação entre o Diretor e os membros da comunidade escolar e na busca do objetivo em comum com práticas colaborativas de todos os membros da instituição e até mesmo da comunidade e da família.

Portanto, é possível notar que, diferente da concepção técnico-científica que assume um papel hierárquico e que mais se aproxima da concepção científico racional onde só uma única pessoa está a frente da tomada de decisões e os demais departamentos acatam, as demais concepções abordadas possuem características semelhantes com objetivos em comum enfatizando a participação de

todos na tomada de decisões no âmbito escolar tornando-as mais próximas da concepção sociocrítica com o objetivo de mediar uma relação colaborativa com todos os envolvidos na busca de decisões com objetivos comuns assumidos por todos.

É importante ressaltar que, a concepção que mais pode-se obter resultados positivos de acordo com o exposto é a democrática participativa, uma vez que dá voz a todos envolvidos na organização da escola, desde o profissional da limpeza, pais, até o diretor, tornando o processo de decisões mais justo, transparente e democrático além de propiciar a abertura de um leque mais ampliado de possibilidades para se chegar a resultados satisfatórios que beneficie a todos.

3. GESTÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ministros da educação em 1993 juntos na V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação (PROMEDLAC), chegaram a conclusão de que o processo de profissionalização, de fato, deveria ser o melhor caminho para que se chegasse em uma nova fase no desenvolvimento educativo. Shiroma (2011), a autora citada nos faz refletir sobre o processo de profissionalização para a formação de professores, tendo em vista a ser um caminho para o desenvolvimento humano através da formação. Diante o exposto, é possível perceber que o professor recebeu mais atribuições de funções, uma vez que, é mais econômico formar um só profissional com várias habilidades do que um profissional para cada área específica, tendo em vista que, o discurso neoliberal defende a promoção da economia.

(SHIROMA, 2011, p. 6) menciona que os “discursos neoliberais tentam nos convencer de que não faltam professores, faltam “bons” professores e “escolas eficazes”, de que não faltam recursos para a educação, apenas são mal aplicadas e mal geridas”. Sendo assim, se faz necessário o reajuste da formação docente e da gestão. Nesta perspectiva, Shiroma (2011) explicita que:

Publicadas na primeira década do século XXI pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as DCNs receberam muitas críticas das associações, universidades e sindicatos tanto pela forma com que foram definidas quanto pelo conteúdo que ampliou o leque de funções docentes atribuindo grande ênfase às atividades de gestão (SHIROMA, 2011, p.6).

De acordo com Ilha e Krug (2008, p. 6), “o desenvolvimento de conhecimentos e a formação de profissionais precisam ser prioridades por se caracterizarem como condição fundamental e imprescindível para o salto qualitativo na Educação brasileira”. Na maioria das vezes o professor tem a ideia errônea de gestão escolar e administração escolar. Libâneo *et al.* (2009), como componente do ambiente escolar, o professor deve ter total conhecimento ao que diz respeito à gestão e à organização escolar, dispor suas habilidades práticas para que se intere das tomadas de decisões em situações como, reuniões, conselhos de classe e

conselho escolar, ser sujeito cooperativo, solidário, com responsabilidade, respeito a seus iguais e ser comunicativo.

Diante disso, Moraes e Ribeiro (2010, p. 3) deixam evidente que “é importante discutimos a importância da Educação Física na Gestão Escolar, pois a partir dessa observação podemos reafirmar a participação dos professores desta área neste processo”. Discutindo a importância e a participação dos professores de Educação Física na gestão escolar, pode-se perceber que os mesmos, têm uma relação professor-aluno, onde pode participar da elaboração de projetos pensando no ensino aprendizagem dos alunos com uma visão mais ampla.

É de suma importância que haja a participação de todos os licenciados na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, para que tenha efeito democrático. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, nº 9.394/96) trás em seu Art. 14 que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, nº 9.394/1996, p. 15).

Portanto, mediante a importância dos licenciados na participação do PPP, os professores de Educação Física devem contribuir para a construção deste documento, para que se faça jus à gestão democrática e legalmente participativa.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A presente pesquisa se constitui em um estudo de caso com abordagem qualitativa, segundo Triviños (2015) o estudo de caso “É uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa aprofundadamente” (TRIVIÑOS, 2015, p. 133), ou seja, o estudo de caso é muito utilizado nas ciências humanas conforme salienta Gil (2002):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biológicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002, p. 54).

Sobre a abordagem qualitativa, fica evidente que a mesma tem como intento observar um determinado fenômeno documental com revisão bibliográfica contando com pesquisa de campo em duas escolas da rede municipal da cidade de Inhumas - GO. Com o objetivo de analisar a percepção e a participação dos professores de Educação física na gestão escolar. Na visão de Gil (2002), diversos estudos de campo possibilitam a análise estatística dos dados, quer seja através de questionários ou formulários para que se consolide a coleta. Portanto, a pesquisa de campo pode valer-se de diferentes técnicas para a coleta de dados.

A pesquisa de campo foi realizada através de questionário elaborados e disponibilizado na plataforma do Google forms, constituído por 20 questões objetivas que foram encaminhadas via e-mail para os respondentes. A escolha da escola e dos entrevistados foi direcionada para assegurar visões distintas acerca da temática, ou seja, levando em consideração a atual situação em que se encontra o mundo com a pandemia relativa ao Covid-19 não houve a possibilidade de aplicação dos questionários pessoalmente como ação preventiva ao isolamento o qual o país está vivenciando.

Sendo assim, os questionários foram enviados via e-mail para dois professores de Educação Físicas pertencentes a escola pública municipal, a escolha dos professores e da escola se deu a partir do contato com essas escolas no

período de estágio, por ter abertura para realização da pesquisa pelo conhecimento já antes estabelecido.

Oliveira (1999) evidencia que o questionário é um instrumento que serve de apoio ao pesquisador para a coleta de dados.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA

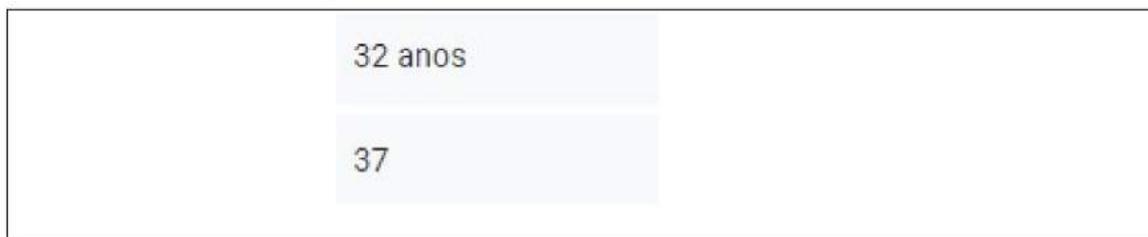
Foi aplicado um questionário constituído por 20 questões objetivas, para dois professores de Educação Física em uma das várias escolas da rede municipal da cidade de Inhumas-GO, a fim de saber se os professores de Educação Física participam ativamente das decisões da escola e se estão aptos para o cargo de gestor.

As questões foram agrupadas em duas categorias a saber:

- Caracterização do grupo de professores – questões 1 a 4;
- Professores de Educação física e a Gestão Escolar – questões 5 a 20

Idade:

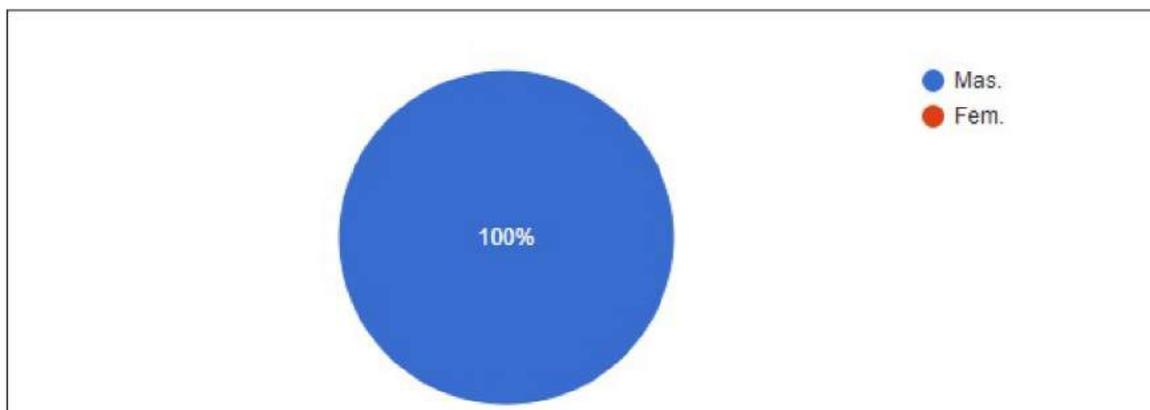
Figura 01- Caracterização do grupo de professores



Fonte: elaborada pela autor

Sexo:

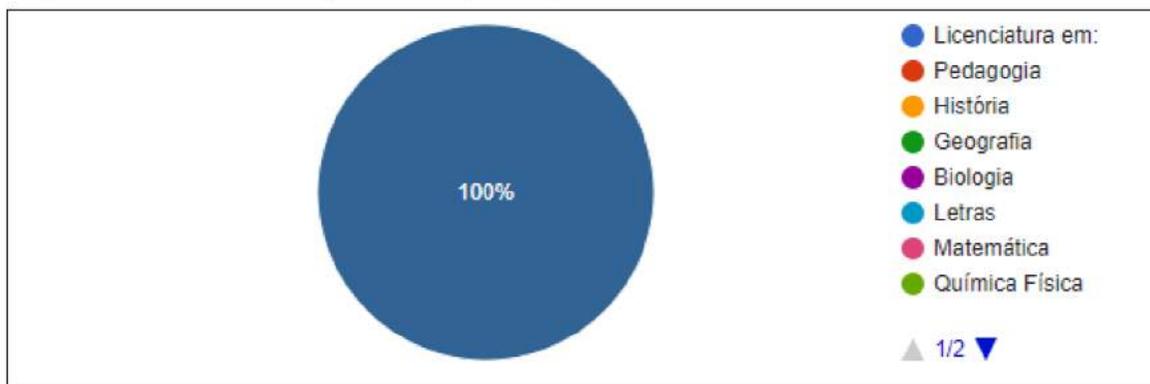
Figura 02- Caracterização do grupo de professores



Fonte: elaborada pela autora

Qual a sua formação?

Figura 03- Caracterização do grupo de professores

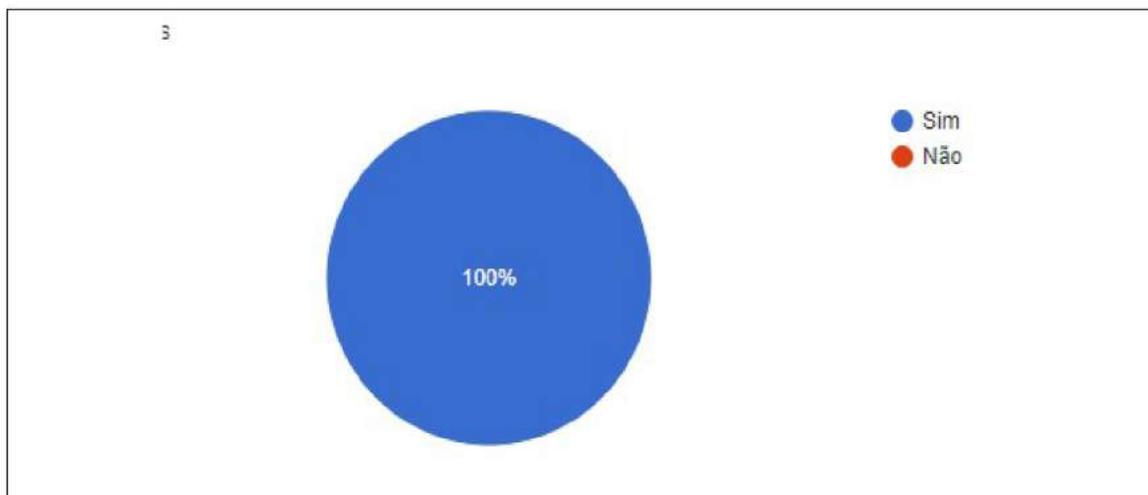


Fonte: elaborada pela autora.

A pergunta foi direcionada aos professores, para saber mais sobre suas formações. Ambos responderam ser formados em Educação Física. Sendo assim, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) em uma de suas Metas assegura que: “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Pode-se observar que todos os professores devem ter uma formação de nível superior para que possam oferecer um ensino de qualidade aos alunos.

Possui Pós-Graduação?

Figura 04 - Caracterização do grupo de professores

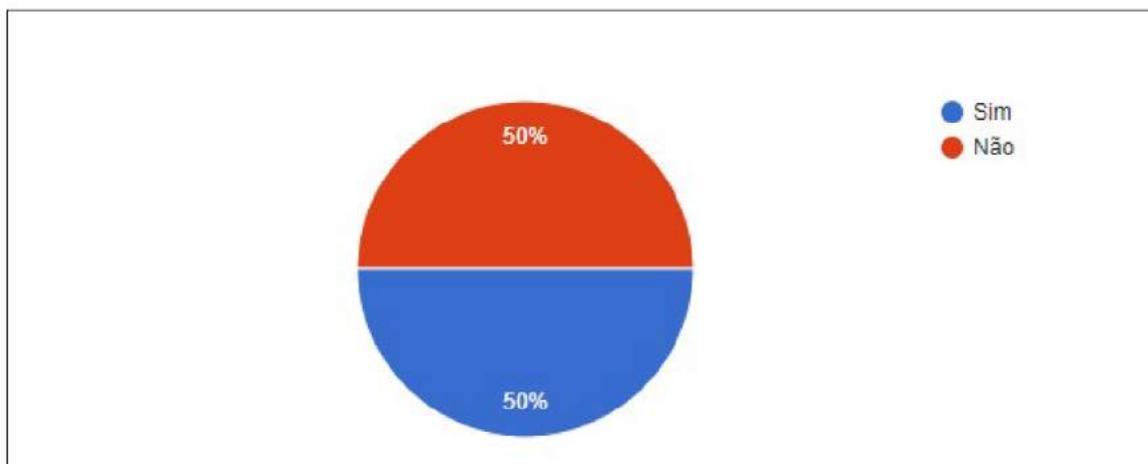


Fonte: elaborada pela autora

Professor A e professor B são pós-graduados como mostra o gráfico acima.

Possui curso específico em Gestão Escolar?

Figura05 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

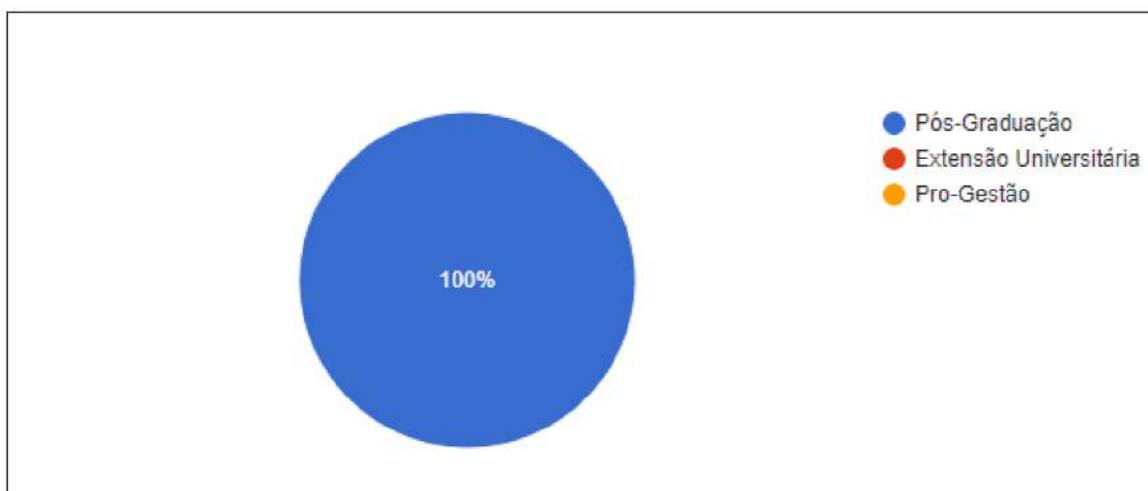
Professor A responde que sim, possui um curso específico em gestão escolar, já o professor B diz não ter pós-graduação nesta área. Nessa perspectiva, Ilha e Krug reflete a importância de ter uma formação continuada no âmbito da gestão escolar quando diz:

O professor tem a possibilidade de aperfeiçoar a sua prática docente e os seus saberes também em outros espaços, que não a sala de aula, adquirindo uma compreensão mais dinâmica e ampliada das diversas questões que envolvem a Gestão Escolar (ILHA, KRUG, 2008, p. 01).

Nesse mesmo viés, é importante ressaltar que, os professores devem investir em uma formação continuada para que ampliem seus conhecimentos e como consequência cheguem a resultados mais satisfatórios, além de fazer uma análise crítica de suas práticas com intuito de mudanças para que aprimorem seu desenvolvimento profissional e até pessoal.

Se sim qual?

Figura 06 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

Complementação pedagógica, após a 1ª Licenciatura. Qual?

Figura 07 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

Há quanto tempo atua como professor (a) de Educação Física?

Figura 08 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

Há quanto tempo está lotado neste colégio?

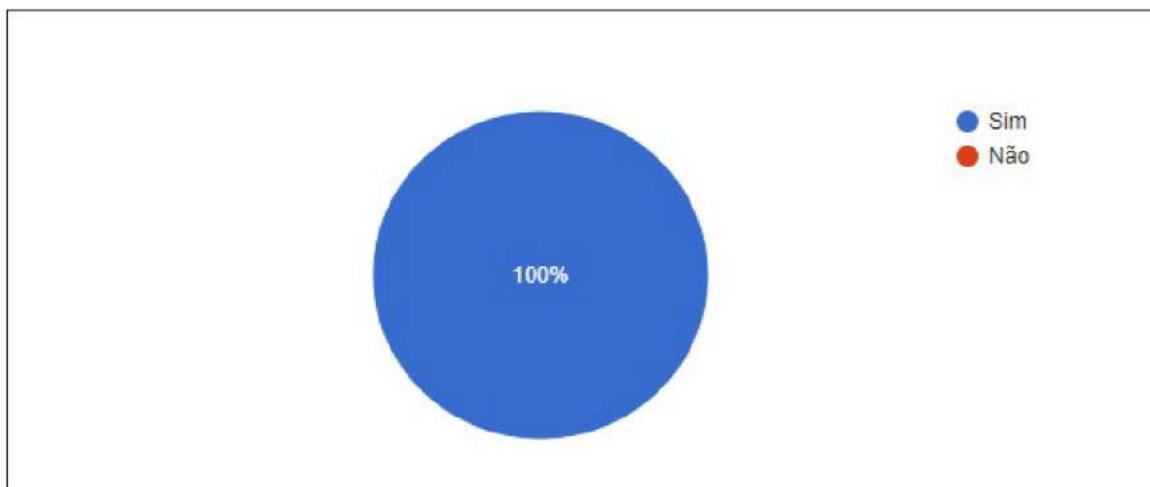
Figura 09- Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

O modelo de gestão desenvolvida na instituição de ensino em que atua em sua opinião é democrático?

Figura 10- Professores de Educação física e a Gestão Escolar

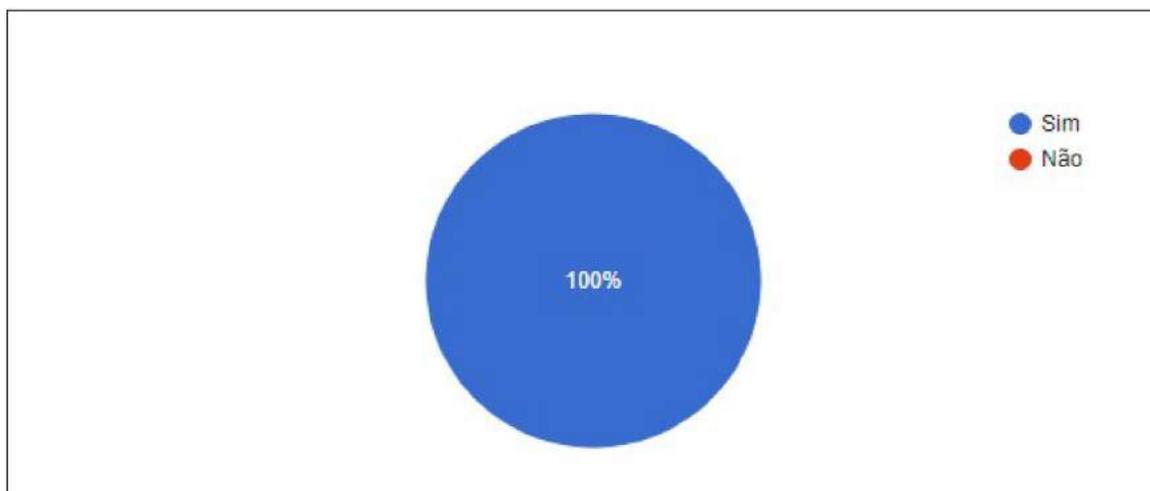


Fonte: elaborada pela autora

Observa-se nas respostas dos entrevistados que o diretor enquanto gestor, não se mostra dominante nas situações, deixando espaço para os sujeitos se expressarem. Fundamentando nas concepções a cerca de Gestão Escolares escritas por Libâneo (2012) nota-se que, as escolas em que atuam estão pautadas na busca de objetivos comuns assumidos por todos.

Os professores de Educação Física participam das reuniões e elaborações de documentos, como o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola?

Figura 11 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

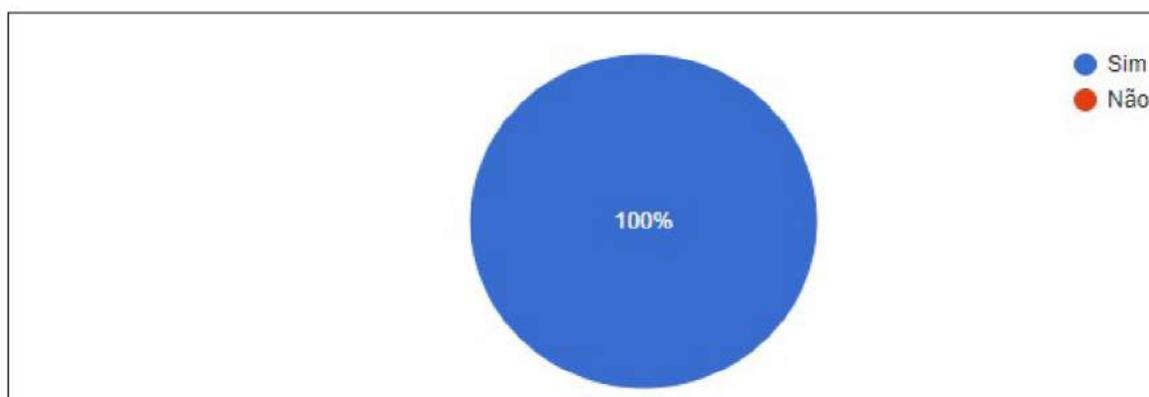
Nas respostas dos professores, o professor de Educação Física deixa de ser recreador para participar na elaboração de um documento fundamental da escola como enfatiza Salgado (2017):

No caso da Educação Física, devo enfatizar que este é um componente curricular dotado de especificidades, por exemplo, ao trabalhar com a cultura corporal os professores precisam de espaços diferenciados (quadras, áreas abertas, salas), o tempo tem de ser adequado à realização das atividades, os materiais pedagógicos devem ser diversificados e condizentes com as faixas etárias dos alunos, dentre outros aspectos (SALGADO, 2017, p. 52).

É possível notar que, o professor de educação física tem um papel importante na elaboração do PPP da escola, pois ele, melhor que ninguém, sabe de suas necessidades na hora de realizar as atividades planejadas no que se trata de materiais e espaços além de saber também as necessidades de seus alunos.

Você professor de Educação Física Conhece o PPP de sua escola?

Figura 12 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



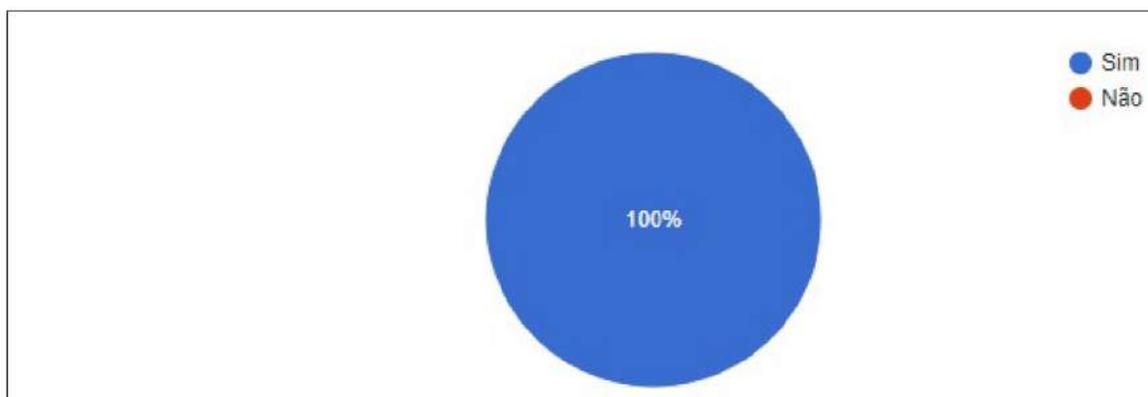
Fonte: elaborada pela autora

Ambos responderam que sim, uma vez que tivessem participado da elaboração do mesmo. Salgado (2017, p. 58) afirma que: “O gestor que observa e ouve seus pares profissionais, muda o que não está sendo produtivo e continua a aperfeiçoar o que está gerando benefícios pedagógicos na sua gestão”. Sendo

assim é notória a importância da participação de todos para que visualizem juntos maneiras diversas a se chegar em um mesmo objetivo de modo que contemplem todas as pessoas do corpo docente e discente da instituição.

Os professores de Educação Física participam das reuniões e elaborações do PPP e as opiniões são acatadas?

Figura 13 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar

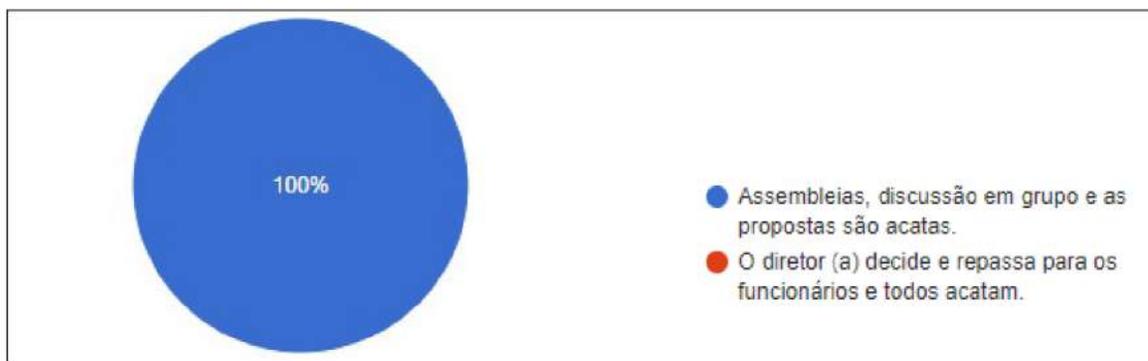


Fonte: elaborada pela autora

Os professores A e B afirmam participar das reuniões e elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, onde podem sugerir e contribuir com as boas ideias sendo acatadas pelo gestor da instituição. Como será respondido pelos professores nas próximas perguntas e embasada em Libâneo (2012, p. 447) pode-se perceber que as escolas em que os professores estão inseridos defendem uma forma coletiva na tomada de suas decisões, com isso todas as pessoas que ali estão podem ser beneficiados com a melhoria de aspectos propostos no documento.

As decisões da escola são tomadas via:

Figura 14 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar

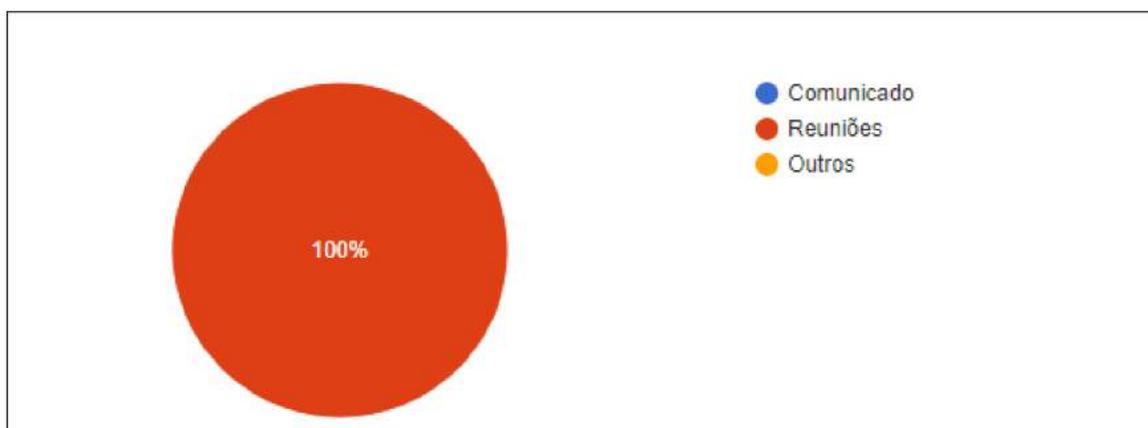


Fonte: elaborada pela autora

As tomadas de decisões da escola são aderidas através de assembleias e discussões em grupo, possibilitando assim o acatar das opiniões.

Como você toma conhecimento das principais decisões da escola?

Figura 15 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

Os entrevistados tomam conhecimento das decisões normalmente através de reuniões.

A proposta pedagógica da escola tem caráter democrático?

Figura 16 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

Para a proposta pedagógica os participantes afirmam ser de cunho democrático, como evidencia o gráfico acima.

Os pais são participativos nas atividades da escola?

Figura 17 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar

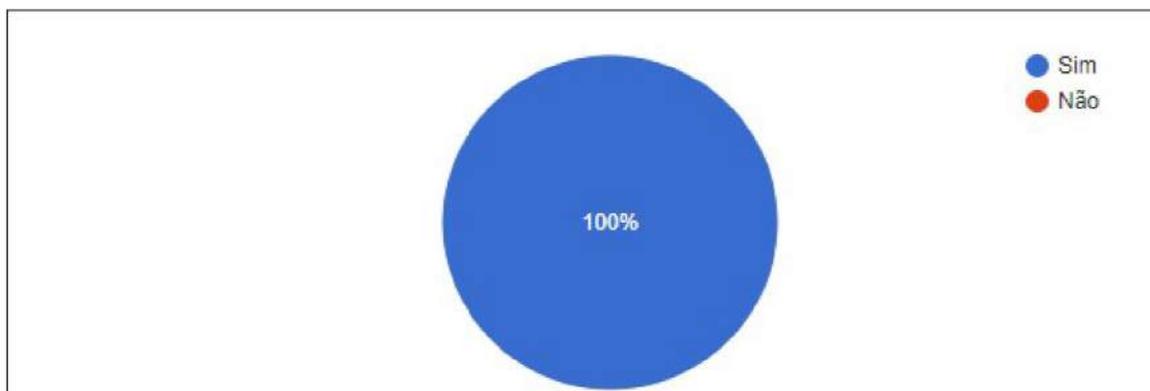


Fonte: elaborada pela autora

Das atividades da escola, os professores deixam claro que, os pais são sujeitos participativos.

Professores de Educação Física, em sua opinião, estão capacitados para o cargo de gestor?

Figura 18 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar

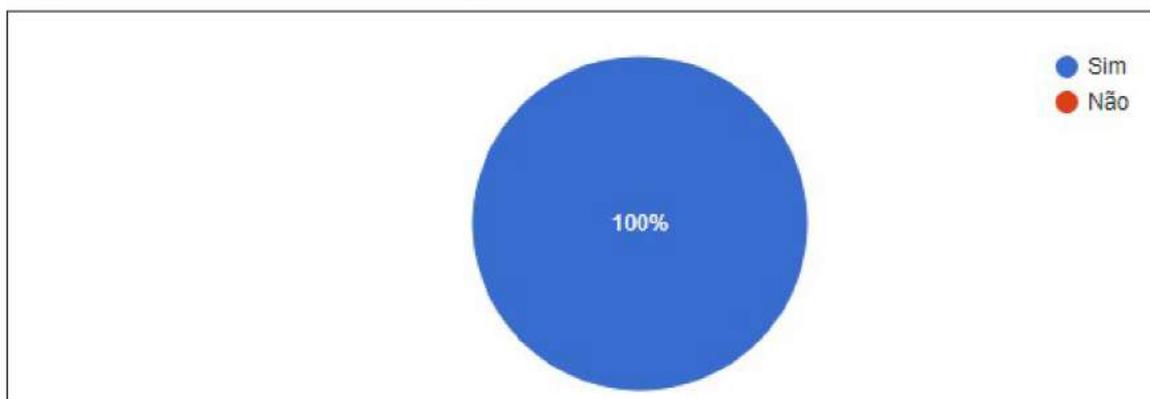


Fonte: elaborada pela autora

Mediante o questionamento os entrevistados, os quais são professores de Educação Física, expressam suas opiniões dizendo que os professores de Educação Física, estão sim, aptos para o cargo de gestores.

Você professor de Educação Física assumiria hoje uma gestão escolar?

Figura 19 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar

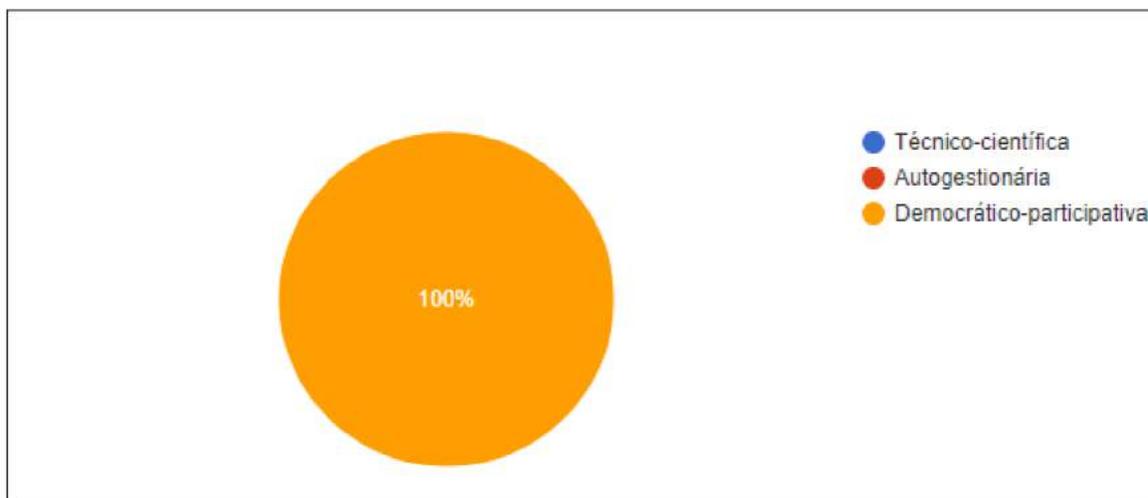


Fonte: elaborada pela autora

Professores A e B afirmam que assumiriam.

Caso assumissem a gestão escolar hoje seu trabalho se pautaria em qual concepção de gestão?

Figura 20 - Professores de Educação física e a Gestão Escolar



Fonte: elaborada pela autora

A partir das respostas acima percebe-se que os entrevistados assumiriam o cargo de gestor hoje embasados na linha da concepção democrático participativa, a qual o poder não é centralizado em uma só pessoa, mas sim prioriza os valores e as práticas compartilhadas com relações mediadas por diálogo, como diz Libâneo (2012):

Para isso, valoriza os elementos internos do processo organizacional — o planejamento, a organização, a direção, a avaliação —, uma vez que não basta a tomada de decisões, mas é preciso que elas sejam postas em prática para prover as melhores condições de viabilização do processo de ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2012, p.448).

Este modelo de concepção permite que todos tenham participação ativa e voz nas reuniões. O gestor dá a oportunidade e ouve sugestões, acatando a que melhor apresentar resultados positivos e que contemplem a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada foi possível investigar como a gestão escolar é percebida pelos professores de educação física. Para que fosse possível chegar a esse objetivo relevante, o trabalho buscou perpassar pela trajetória de importantes marcos na educação na década de 90. É possível notar que, foi em meio à política que a educação passou por alterações, tanto positivas quanto negativas.

Com o capitalismo se expandindo pelo mundo, houve uma grande concorrência comercial fazendo com que ocorressem reduções nos investimentos sociais o que diz respeito também a educação. A partir desse aumento na concorrência comercial foi preciso procurar maneiras para que as dívidas não se perpetuassem, sendo assim, surge a chegada do neoliberalismo que defende única e somente a economia e que por sua vez desliga o estado de suas responsabilidades na área social.

Passando pela trajetória histórica da educação na década de 90, fica evidente a desmistificação da educação na formação de um ser crítico social para formar somente pessoas capazes de dar o melhor de si no mercado de trabalho. Com toda a questão do aumento da concorrência comercial, as dívidas internas dos países alavancaram fazendo com que organizações como o Banco Mundial entrassem em ação para que pudessem salvar a educação da falência.

Em meio à alterações positivas e negativas dentro da política e a desvinculação do estado em suas responsabilidades perante a educação, ocorrem reformas educativas em alguns países que compatibilizem com a reconstrução do sistema capitalista incorporando estratégias como reforma curricular atribuindo novas tarefas e responsabilidades aos professores. Dessa forma, a gestão baseia-se na evolução de todos os elementos que fazem parte direta ou indiretamente do processo educativo no estabelecimento de objetivos, na resolução de problemas, no monitoramento e avaliação tendo como objetivo alcançar resultados mais positivos do processo educacional.

Ainda no viés da gestão escolar, a mesma apresenta algumas concepções mais comuns de organização, que são elas: técnico-científica que centraliza o poder em uma única pessoa; autogestionária que enfatiza a responsabilidade coletiva; interpretativa onde prioriza o trabalho coletivo; democrático participativa tem foco na interação do diretor com todos os membros da comunidade escolar.

Visando a percepção dos professores de Educação Física na participação da elaboração dos projetos da escola, foi possível notar que, os mesmos possuem uma relação professor-aluno que o faz capaz de pensar no ensino aprendizagem com propriedade por conhecer o que os alunos necessitam, pois o ensinar Educação Física vai além do formar atletas, mas de perceber como o sujeito é capaz de desenvolver nos campos motor, afetivo e cognitivo.

Depois de compreender como se dá o papel da gestão escolar, foi realizada uma pesquisa de campo de cunho qualitativo que propiciou um estudo sobre a visão dos professores de Educação Física quanto a sua relação nesse mesmo parâmetro.

O objetivo da pesquisa de campo foi alcançado de forma satisfatória e com isso acredita-se que foi possível contribuir de alguma forma para o entendimento de professores de Educação Física sobre sua real importância no fazer parte do corpo de organizadores de uma escola, assim cooperando para um ensino de qualidade de todos os alunos ali inseridos.

REFERENCIAS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no Projeto Educacional Brasileiro**. 2002 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf> Acesso em 19 Nov.19.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm< Acesso em: 29 maio 20.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dez. 1996. Disponível em:
>https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf < Acesso em: 28 maio 20.

CARINHATO, Paulo Henrique. **Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais Nas Últimas Décadas Do Século XX No Brasil**. 2008 Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1192> Acesso em 20 Nov.19.

DAVIS, Cláudia. *et al.* **Gestão da Escola, desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica No Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado**. 2003 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf> Acesso em 21 Nov.19.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A Reforma Educacional Na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas Propostas, duas Concepções**. 2012 Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf Acesso em 11 Fev. 20.

ILHA, Franciele Roos da Silva; KRUG, Hugo Norberto. **O professor de Educação Física e sua Participação na Gestão Escolar: Contribuições Para a Formação**

Profissional. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 4, n. 1, dez. 2008. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecurriculum> Acesso em 17 maio 20.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Neoliberalismo.** 2020 Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/neoliberalismo/>Acesso em 18 Fev. 20.

LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Heccus Editora.

LIBÂNEO, José Carlo; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10. Ed. Rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 10. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão.

MATOS, Sidney Tanaka S. **Conceitos Primeiros de Neoliberalismo.** 2008 Disponíveis em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3314> Acesso em 17 Nov.19.

MORAES, Elizuita da Conceição Mourão; RIBEIRO, Fernando da Costa. **A participação do professor de Educação Física na gestão escolar em Macapá, AP.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, N° 148, Septiembre de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com> Acesso em 17 maio 20.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Educação básica: diferentes olhares.** Goiânia: Editora Publicar, 2019.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; FREITAS, Carla Conti de; REIS, Marlene Barbosa Freitas de. **Educação e Neoliberalismo: influencias e reflexões para os dias atuais.** Goiânia: Scotti, 2019.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. **A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão.** Revista espaço acadêmico, n. 180 – maio/2016 – Especial 15 anos – Mensal.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina**. 2018 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf> Acesso em 17 Nov.19.

PESSONI, Lucineide Maria de Lima. **Finalidades e objetivos educativos em documentos do Banco Mundial: diretrizes para a educação brasileira em tempos neoliberais**. Goiânia: scotti, 2019.

SALGADO, Simone da Silva. **Gestão e Educação Física escolar: Uma Mudança de Postura Para uma Mudança de Cultura**. Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.2, n., 1 Jan/Jun. 2017. Disponível em: ><https://cp2.g12.br/ojs/index.php/temasemedfisaescolar/article/view/1140> < Acesso em: 29 maio 20

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Educação em Tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto. **A Formação do Professor-Gestor nas Políticas de Profissionalização**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.2 AGOSTO 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/6778> Acesso em 17 maio 20

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. **Organização e Gestão da Escola** . 2019 Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65515/1/u1_d27_v2_visaogeral.pdf Acesso em 12 maio 20

SILVA, Maria Abádia da; CUNHA, Célio da. **Educação básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. **Transformadora**. Disponível em http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_francisco_assis_cordeiro_custodio.pdf Acesso em 24 maio 20

PNE e dá outras providências. Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 26 de junho de 2014, nº120-A. Disponível em: ><http://www.in.gov.br> < Acesso em: 29 maio 20

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. *et al.* **História**. São Paulo: Saraiva, 2010.